



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 1

Livro:Pág.286

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2022

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, em Sessão Ordinária, nas instalações do Polo da Meadela, localizadas na Praça Diogo Vaz Alamão, nº 11, 4900-204 Viana do Castelo, tendo a mesma sido presidida por José Manuel Silva da Cunha, Presidente da Mesa da Assembleia, e secretariada por Cândido José Maciel Carvalho (1º Secretário) e Maria Margarida Pereira Borges Gonçalves (2º Secretário).-----

O Executivo da União das Freguesias fez-se representar por Maria Helena Adrião de Castro Brito (Presidente), António José Rodrigues Soares Basto (Secretário), António Rui Viana Fernandes da Ponte (tesoureiro) e pelos Vogais: Rui Manuel Pimenta Salgueiro, Maria Eugénia Correia de Castro Jácome, Manuel José Freitas Cadilha e Rogério Manuel de Amorim Barros. -----

Conforme Folha de Presenças, compareceram os membros da Assembleia Amadeu Morais Bizarro, Célia Ribeiro, Daniela Patrícia da Silva Gonçalves da Rocha, Fernando Domingues Afonso de Miranda, João Eduardo Chavarria, José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas, José da Costa Calçada, José Emílio da Rocha Antunes Viana, José Manuel de Castro Filgueiras, Paulo José Teixeira, Raquel da Conceição de Sousa Amorim, Ricardo Manuel Ribeiro Forte, Rita Guerreiro, Tiago Fernandes Oliveira, Vítor Manuel Antunes da Silva (Doc. nº 2). -----

Verificou-se a ausência justificada de Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva (Doc. nº 3), substituída por Célia Ribeiro, José Luís Carvalhido da Ponte, substituído por Paulo José Teixeira (Doc. nº 4), Laurinda de Sousa Figueiras, substituída por Rita Guerreiro (Doc. nº 5), Sara Maria Marques da Silva Gorito, substituída por João Eduardo Chavarria (Doc. nº 6). -----

Faltou a eleita Maria da Conceição Barbosa Azevedo, que não justificou, nem se fez substituir. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

A - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1º Aprovação da Ata nº 1 da reunião da Assembleia Freguesia anterior; -----

2º Apreciação e votação das alterações ao Regimento; -----

3º Informação do Presidente; -----

4º Reapreciação e votação do Regulamento de Tabelas e Taxas relativo ao ano de 2022; -----

5º Apreciação e votação das contas de gerência do ano de 2021; -----

6º Apreciação e votação do inventário de todos os bens relativo ao ano de 2021; -----

7º Apreciação e votação da 1ª revisão orçamental e do PPI de 2022; -----

8º Estatuto do Direito de Oposição (Informação); -----

9º Proposta de atribuição toponímica; -----

10º Outros assuntos de interesse para a União das Freguesias. -----

C - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. -----

Aprovada por unanimidade. -----



A.1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, antes de dar início à Assembleia informou os presentes de que esta vai ser gravada. -----

Agradeceu a presença dos membros do Executivo e da Assembleia, Imprensa e público. Justificou ainda o motivo desta Assembleia não ser no dia apazado no Regimento, com o facto de amanhã, sexta-feira, estar agendada uma Assembleia Municipal, e haver membros da Assembleia de Freguesia que também são membros da Assembleia Municipal. Não fazendo, por isso, muito sentido marcar as duas reuniões para o mesmo dia. Daí a marcação para hoje quinta-feira. ----- Justificou ainda a razão desta Assembleia de Freguesia iniciar mais cedo com o facto de amanhã, sexta-feira, ser um dia normal de trabalho para muitos dos presentes. -----

Pediu a todos os membros na Assembleia que expusessem as suas ideias apelando ao espírito de síntese para tentar racionalizar melhor o tempo e proporcionar uma discussão salutar dentro do tempo previsto. -----

Informou ainda: ter recebido as justificações de ausência da eleita Sara Araújo Gorito que foi substituída por João Eduardo Chavarria; Ana Margarida Ferreira da Silva substituída por Célia Ribeiro; José Luís Carvalhido da Ponte, substituído por Paulo José Teixeira; Laurinda de Sousa Figueiras, substituída por Rita Guerreiro. -----

Leu a Convocatória da Assembleia para apreciação e votação da Ordem de Trabalhos. (Doc. 1) Posta à votação a Ordem de Trabalhos, esta obteve a votação seguinte: **aprovada por unanimidade**. -----

Apresentada uma **Moção sobre o 48º aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio**, pelo Agrupamento Político da CDU (Doc.7). -----

Apresentada uma **Moção sobre a invasão da Ucrânia**, pelo Agrupamento Político da CDU (Doc. 8). -

Apresentada uma **Moção sobre Participação Pública/Transparência**, pelo Agrupamento Político do PSD/CDS (Doc. 9). -----

Apresentada uma **Moção sobre Reorganização Administrativa/Desagregação das freguesias**, pelo Agrupamento Político do PSD/CDS (Doc. 10). -----

A- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa deu início ao ponto do Período de antes da Ordem do Dia, tendo dado a palavra aos eleitos: -----

Fernando Miranda, questionou a Presidente do Executivo porque é que durante as obras de pavimentação realizadas na rua Couto Paredes e na rua da Igreja ou Carregais, na freguesia da Meadela, a Câmara não mandou fazer uma rotunda junto ao Café Melro, que no seu entender facilitaria a circulação de veículos naquela artéria, com mais segurança para pessoas e veículos, por ser um local com muitas saídas e entradas de veículos de e para a área de estacionamento da escola e do pavilhão desportivo. -----

Questionou ainda a Senhora Presidente do Executivo sobre os problemas, junto ao Bairro do IHRU na Meadela, apontados na última Assembleia, que continuam por resolver, sugerindo uma intervenção mais musculada. -----

José Carlos pediu a palavra para se pronunciar sobre as duas Moções apresentadas à Mesa da Assembleia pela CDU, às quais já teve acesso uma vez que as outras duas apresentadas pelo PSD ainda não foram distribuídas, mas logo que as tenha em seu poder também irá pronunciar-se. -----

Relativamente às Moções sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio, esclarece que não tendo aqui um cunho político partidário, é um documento que não os envergonha aprovar sem mácula. No



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 3

entanto ressalva que percebe que o voto de repúdio ou de apoio, de condenação, solidariedade com a Ucrânia, isto é muito mais para salvar a pele da CDU do que propriamente para afirmar qualquer tipo de posição desta Assembleia de Freguesia porque uma Assembleia de Freguesia, como é evidente, sendo um Órgão Político mais pequeno à escala Nacional, não tem qualquer tipo de expressão em matérias de foro internacional como esta. Que percebe que na CDU de facto, felizmente não afinam todos pela mesma bitola e que queiram demarcar-se daquela que tem sido a posição do partido nacional apresentando e fazendo aprovar naturalmente esta Moção de solidariedade para com a Ucrânia, que eles também registam e agradecem a iniciativa. -----

Quanto à desagregação da Meadela, da atual União das Freguesias disse que lhe parece ser um daqueles temas efetivamente bastante consensual dentro de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia e do Executivo também, mas também e sobretudo da população. Que durante a campanha eleitoral sentiram e certamente que a Senhora Presidente do Executivo também sentiu, uma vontade genuína dos Meadelenses em legitimamente se desvincular de uma União de Freguesias que nunca devia ter existido porque se misturaram duas freguesias de âmbito eminentemente urbano com uma mista de âmbito eminentemente rural, mas é basicamente bastante mista, com características muito próprias, com especificidades também muito próprias. Com responsabilidades do ponto de vista daquilo que é o dever da Junta de Freguesia também muito próprias. Não fazendo, por isso, nenhum sentido manter-se esta União de Freguesias que o PS e a CDU sempre assumiram como sendo um erro; não acreditando que outras forças políticas, mesmo o PSD que na altura impôs este modelo, também não estejam de acordo. -----

Que se deve dar início a um debate público mais alargado para que efetivamente e definitivamente se possa avançar com este processo, em tempo útil, e a Assembleia se pronunciar até dezembro deste ano. Espera que seja consensual e não se politize este tema porque não há nenhuma força política que tenha um argumento mais válido que outra porque os argumentos são os mesmos e a posição, ao que lhe parece, também será a mesma. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, informou quanto às obras na rua Couto Paredes e à rotunda irá perguntar, tentar informar-se, porque são questões da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal a que a Junta não tem qualquer acesso aos motivos pelos quais não se faz uma rotunda. Que irá tentar saber junto da Câmara. -----

Em relação ao Bairro do IHRU é um problema que vão ter que aprofundar. É uma questão pertinente e também tem a ver com a proposta Toponímica que está em apreciação nesta Assembleia, hoje. -----

Sobre a questão das Moções não se vai pronunciar porque isso é para ser aprovado ou não aqui na Assembleia. -----

Quanto à desagregação ia falar nisso, mas como é uma questão que tem de ser mais aprofundada propõe que seja falado no final dos outros assuntos para não atrasar os outros pontos da Ordem de Trabalhos, uma vez que são dez pontos. Que pode perfeitamente falar sobre isso. Tencionava fazê-lo. -----

Que em relação a um debate público e alargado sobre a desagregação da freguesia da Meadela, já na última reunião do Executivo ou penúltima no dia quatro de abril, o Executivo, por consenso, entendeu que merecia de facto um debate público. -----

As questões legislativas de como é como se faz, as consequências, o que é que a Lei implica, poderá falar no final, mas o que disser vai suscitar respostas e diálogo e atrasar a Ordem de Trabalhos, propondo falar neste assunto no final. -----



Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, não havendo mais intervenções e as Moções apresentadas pelo Grupo de eleitos do PSD já terem sido distribuídas para conhecimento de todos os membros da Assembleia, perguntou à Assembleia se queriam que fossem lidas as Moções, tendo sido dispensada a leitura. De seguida passou à votação das Moções seguintes: -----

Moção sobre o 48º aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio, pela CDU, que obteve o resultado seguinte: **aprovada por unanimidade**.-----

Moção sobre a invasão da Ucrânia, pela CDU, que obteve o resultado seguinte: **aprovada por unanimidade**.-----

Moção sobre a Participação Pública/Transparência, de eleitos do PSD, que obteve o seguinte resultado: sete (7) votos contra; três (3) abstenções e oito (8) votos a favor: **aprovada por maioria**.-

Quanto à Moção do Agrupamento Político do PSD/CDS sobre Reorganização Administrativa/Desagregação das freguesias, passou para o ponto 10º da Ordem de trabalhos.-

Sobre o assunto usou da palavra o eleito **José Carlos**, para dizer: que há pouco a Senhora Presidente do Executivo referiu que preferia guardar esta discussão para o final da sessão. Que lhe parece ser redundante e extemporâneo estar a fazer aprovar ou não uma Moção que versa exatamente sobre o mesmo tema. -----

Ricardo Forte, pediu a palavra para esclarecer o motivo de apresentarem a Moção sobre a Participação Pública /Transparência dizendo o seguinte: *“que cada vez mais presenciamos que a tecnologia é uma forma de chegar mais perto das pessoas e, uma vez que as salas, normalmente são bem mais pequenas e não conseguimos albergar quase toda a gente que gostaria de participar, é uma forma mais clara e simples de haver uma participação do povo e estar mais atento ao que aqui se passa”*. -----

A.2 – Intervenção do público: -----

António Amorim Costa Pereira, residente na rua Luís Filipe, em Monserrate, pediu a palavra para reclamar ao Executivo da iluminação insuficiente no Parque Luís Filipe que, com cerca de 780 m2 de área só dispõe de 12 lâmpadas. A título de exemplo, referiu que numa área de 200 m2 na freguesia vizinha da Areosa, a iluminação pública é feita por 10 lâmpadas. Que o António Basto, Secretário do Executivo, já terá contactado com a Câmara Municipal para alertar esta situação que documenta com imagens noturnas. -----

Que a saída do parque é feita diretamente para o meio da rua do Senhor do Socorro, há ali muitas crianças a sair do parque; às vezes até de bicicleta, e não existe uma passadeira para peões. Sugere a criação de três lombas nesta via de modo a obrigar a abrandar a velocidade dos veículos que circulam nesta artéria, a exemplo das que existem na rua Sport Club Vianense. -----

Que o Senhor António Basto terá sugerido a colocação de espelhos na rua do Sobreiros, mas considera que os espelhos não resolvem o problema porque já lá existem os sinais verticais STOP e ninguém os respeita. -----

Que a limpeza na Rua Sport Clube Vianense não é corretamente feita porque só a fazem na entrada da rua ficando a restante artéria sem limpeza. -----

Disse ainda, que sobre o parque das máquinas de exercícios para adultos há uns pinheiros cujos galhos, por serem muito grandes e estarem muito baixos, incomodam quem utiliza aquele espaço. Pede para que seja feita uma poda destas árvores (pinheiros). -----

Que se verifica a falta de caixotes de lixo na Rua Luís Filipe e arredores. Os dejetos dos cães são deixados no chão por não haver onde os colocar. Em tempo já lá houve caixotes luvas e sacos para




3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 5

dejetos dos animais; hoje não há nada. Ouviu dizer que está previsto para aquele local um espaço para os cães fazerem as suas necessidades. -----

O local do Parque é constantemente vandalizado e a falta ou pouca iluminação potencia ainda mais o vandalismo; principalmente na época de verão. Como mora junto a esta local já tem feito telefonemas para a Polícia. -----

Esta local do Parque necessita de alguns equipamentos de apoio, nomeadamente de mesas e bancos para as crianças que procuram este local para fazerem as suas refeições do lanche e outras e não terem que se sentar no chão, como acontece agora. -----

Voltou a reforçar a necessidade de se melhorar a limpeza na rua Luís Filipe, onde mora, e em todas as outras ruas da urbanização de Monserrate. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, agradeceu a exposição feita pelo Senhor Costa Pereira propondo-lhe na próxima semana ir com ele e o António Basto para fazer um inventário de todas as situações que acabou de referir. Espera que no fim o Senhor Costa Pereira lhe diga alguma coisa que esteja bem lá, porque se fizeram obras de requalificação bastante importantes, podendo ainda haver algumas obras por terminar como: passadeiras, sinalética e outras, que normalmente ficam para o fim. Não querendo com isto dizer que não se vão fazer; dando até o exemplo das obras na rua Conde da Aurora que depois de terminadas só passados quatro meses é que foram feitas as passadeiras e toda a sinalética que estava em falta. -----

Em relação à rua dos Sobreiros o espelho faz falta porque as pessoas estacionam muito próximo da saída da rua e cortam a visibilidade completamente e não se pode estar sempre a chamar a Polícia. O espelho é sempre uma ajuda, não é despiciente, não é uma coisa a mais. -----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1 – Aprovação da Ata nº 1 da sessão da Assembleia de Freguesia anterior (Doc.11) -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, perguntou à Assembleia se queriam que se lesse a Ata da Assembleia anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. -----

Posta à votação para aprovação a Ata nº 1 foi aprovada por maioria com quatro (4) abstenções quatro (4) declarações de voto, por não terem estado presentes na sessão da Assembleia. -----

B.2 - Apreciação e votação das alterações ao Regimento (Doc.12) -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, começou por esclarecer a Assembleia como se processou todo o processo para a revisão do Regimento dizendo o seguinte: foi aprovada uma Comissão de Revisão ao Regimento na última Assembleia de Freguesia. Foi um bocado difícil os vários Grupos apresentarem os seus representantes, mas depois lá os apresentaram. Fizemos uma primeira reunião em que estiveram presentes representantes da CDU, do Bloco de Esquerda e da Coligação Por Viana; o PS não se fez representar, mas o membro que estava nomeado foi depois contactado e disse que não lhe era possível estar presente por se encontrar fora de cidade. Nessa reunião, foi apresentada pelo agrupamento da CDU uma proposta de alteração de alguns pontos de pormenor. Penso que leram as propostas; muito resumidamente era acrescentar nas propostas o e-mail como meio de contacto e a distribuição dos tempos de intervenção nos períodos da Ordem do Dia como antes da Ordem do Dia, atendendo à nova composição da Assembleia, dando-se um pré arranjo dos tempos que refletissem a representatividade dos vários Grupos nesta Assembleia. O representante da Coligação Por Viana, nessa altura, fez também algumas propostas verbalmente. Tanto os representantes da Coligação Por Viana como o representante do Bloco de Esquerda subscreveram estas alterações que tinham sido propostas pela CDU e, portanto, foram consensuais no Grupo de Trabalho. Como dizia, o representante do PSD verbalmente apresentou algumas



propostas que depois consubstanciou em texto. Entretanto fizemos outra reunião já com as propostas da Coligação Por Viana. Na segunda reunião também foram os mesmos representantes que estiveram: representante da Coligação; representante da CDU e o representante do Bloco de Esquerda; o PS nesta reunião também não se fez representar. Houve a apresentação de várias propostas pelo Tiago Oliveira como representante da Coligação. De todas essas propostas, à exceção de uma, foram consensuais. A única proposta que não foi consensual; o agrupamento da CDU não viu grandes objeções, o Bloco de Esquerda viu objeções e acha que esse ponto que é o nº 3 do Artigo 27º, deve continuar como está apresentou as suas razões que estão vertidas na documentação que receberam. -----

Terminado o esclarecimento foi posto à discussão este ponto entre os membros da Assembleia.-----

Tiago Oliveira, disse que não ficou explícito efetivamente que proposta apresentavam a esta Assembleia porque fizeram uma votação dentro do Grupo de Trabalho em que a inclusão da sua proposta na íntegra foi a que venceu na votação; o Bloco de Esquerda opôs-se, o Partido Socialista não teve oportunidade para estar presente e, portanto, a votação ficou dois a um. Que é essa a proposta que é apresentada à Assembleia. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, em resposta ao Tiago Oliveira disse: que o seu entendimento, porventura, não terá ficado bem explícito e se calhar a culpa foi sua. A sua ideia do funcionamento das Comissões, tanto esta como a da Toponímia, é para tentar encontrar consensos e trazer à Assembleia propostas consensuais para pôr a votação. Quando não há um consenso generalizado acha que quem deve decidir é a Assembleia porque mesmo que estivessem representados todos os Grupos nessa, nós estamos lá um de cada Grupo para gerar consensos, mas não somos representativos; um voto nosso não é representativo; seja o voto do Bloco de Esquerda que tem menos, seja o voto do PS ou da CDU que têm mais, não é representativo desta Assembleia. Portanto, o seu entendimento quando há uma divergência deve ser posta à consideração da Assembleia e esta é soberana e decidirá. Nos casos em que houve um consenso de toda a gente, aí acha que a proposta que deve ser apresentada é a proposta que foi consensual. Esta é a sua interpretação e é a interpretação da Mesa da Assembleia. -----

Deixando à consideração da Assembleia decidir a votação das propostas de alteração, Artigo a Artigo, ou se vota como um bloco tudo aquilo que foi consensual na Comissão e aquilo que não foi consensual se vota separadamente, pondo à consideração da Assembleia para decidir. -----

José Emílio, como não teve a oportunidade de ler as propostas antes pediu para que o Presidente da Mesa lhe dissesse qual foi a divergência entre o Bloco de Esquerda e o PSD. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, em resposta ao José Emílio leu a proposta do Bloco de Esquerda onde o nº3 do Artigo 27º não sofre qualquer alteração na sua redação, mantendo tudo conforme está no Regimento. Leu a proposta da Coligação Por Viana, cuja redação é toda igual, mas com um acrescento seguinte: *documentos esses que serão igualmente públicos na mesma data e na referida página eletrónica*. Este foi o único ponto onde não houve unanimidade no Grupo de Trabalho. -----

De seguida leu a justificação do Bloco de Esquerda à sua proposta. -----

Tiago Oliveira, acrescenta dizendo que efetivamente o que acontece é que não temos a melhor prática da transparência como, por exemplo, conseguimos ter na Assembleia Municipal. A questão é pura e simplesmente todos os documentos que são debatidos e que são distribuídos aos eleitos sejam do conhecimento do público e estejam online. Sempre que se detetem gralhas que não foram detetadas previamente o documento é retirado, assumindo o erro, justificando o motivo e



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 7

corrigido. Os documentos depois de corrigidos e definitivos serão disponibilizados a posteriori e aprovados, se for caso disso. -----

José Emílio, disse que percebe as preocupações do Bloco de Esquerda e reitera o que foi dito, anteriormente, pelo Tiago Oliveira. Que lhe parece razoável o argumento apresentado pelo proponente da proposta de alteração, porque entende que a transparência é um valor muito importante que todos devemos defender. -----

Aqueles que queiram participar ou acompanhar as discussões devem fazê-lo no local próprio como são as Assembleias de Freguesia ou Municipal; privilegiando naturalmente aqueles que são os legítimos representantes eleitos pelo povo. -----

Que votará, naturalmente, favorável à alteração deste ponto porque lhe parece importante que assim seja. -----

Tiago Oliveira, disse: que é normal que se alguém vier a usar abusivamente os documentos que foram públicos em determinado momento, que depois não são aprovados; não são válidos juridicamente e isso terá consequências gravosas para o prevaricador. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, não havendo mais eleitos em intervir propôs à Assembleia a seguinte metodologia para a votação destas alterações: uma vez que todos os pontos; sem ser este ponto específico do Artigo 27º n.º3, como todos os outros pontos geraram o consenso, se poderá votar em bloco todos os outros pontos e separadamente este ponto específico que já vem de divergência. Não tendo havido qualquer objeção por parte da Assembleia a esta proposta, foram postas à votação as propostas que mereceram o consenso da Comissão do Regimento, que são as duas propostas da CDU e as várias propostas do PSD; excetuando o Artigo 27º, que obteve o resultado seguinte: três (3) abstenções e quinze (15) votos a favor. A proposta foi **aprovada por maioria**. -----

Quanto às propostas para alteração do nº 3 do Artigo 27º, tendo em conta a existência de duas propostas em confronto; a proposta do Bloco de Esquerda e a proposta apresentada pela Coligação "Por Viana" (PSD/CDS, foram votadas em alternativa, tendo obtido o resultado seguinte: -----

Proposta do Bloco de Esquerda: sete (7) votos a favor e três (3) abstenções. -----

Proposta da Coligação "Por viana " (PSD/CDS): oito (8) votos a favor. -----

Aprovada a proposta da Coligação "Por Viana" (PSD/CDS). -----

Na votação da ratificação do Regimento na generalidade, este foi **aprovado por maioria** com: dezasseis (16) votos a favor e duas (2) abstenções. -----

B.3 - Informação do Presidente (Doc.13) -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, prestou esclarecimento relativamente ao documento Informação do Presidente distribuído, atempadamente, por todos os membros da Assembleia para o lerem e eventualmente questionarem sobre o seu conteúdo, nomeadamente as atividades desenvolvidas pela União de Freguesias de Viana do Castelo, bem como, toda a informação prestada na Assembleia de Freguesia de 16 de dezembro de 2021 até 31 de março de 2022. Disse ainda que a informação é feita mais ou menos nos moldes habituais; tem uma lista um pouco extensa de atividades porque são quatro meses desde a última Assembleia. Que se poderiam mencionar outras coisas no documento, como pequenas obras feitas na Meadela pelos trabalhadores da Junta. Poderia ter mais interesse do que as reuniões de trabalho que estão aqui descritas e as presenças da Junta em eventos, mas é assim que se tem feito e continua a fazer. Futuramente, poderá fazer-se de outra forma, se entenderem que esta informação não é aquela que mais informa. -----



Tiago Oliveira, deu os parabéns pela apresentação do documento, cuja apresentação está cuidada. Que o PSD reitera a opinião que deu nos últimos anos. Entende que a Agenda é importante porque não a terão noutra sítio e porque é um guia interessante para colocarem questões à Presidente do Executivo sobre alguns pontos de interesse e estarem mais bem informados, nomeadamente sobre as reuniões com as Entidades. -----

Sabe que pode sempre pedir qualquer esclarecimento em Assembleia ou por escrito mais tarde ou até antes das sessões, questionando: porque não foi feito antes no período antes da Ordem do Dia, como por exemplo: quais os compromissos de interesse ou novidades, relativamente à reunião com o Senhor Presidente de Câmara no que colide com aquilo que foi o nosso debate sobre o Plano e Orçamento e por exemplo: 4 de março, reunião com Sérgio Marinho para tomar conhecimento sobre o processo de legalização do Poli Desportivo da Meadela, que desconhece o problema.-----

Presidente do Executivo, Helena Brito, informou que na reunião com o Senhor Presidente da Câmara expôs, mais uma vez, algumas reivindicações antigas das ruas que precisam ser requalificadas. Não foram falar de tudo, tiveram que selecionar alguns pontos mais prementes como: os jardins junto à Capela de Santa Catarina, as ruas Ramalho Ortigão, Aquilino Ribeiro e aquelas por ali. Na Ata nº 9 da reunião de fevereiro do Executivo, ficou escrito o que falaram: pediram as deliberações; esclarecimento sobre o projeto de melhoramento na Costa Litoral da Argaçosa; insistiram na Ponte Pedonal de Portuzelo; na Associação de Moradores que precisa ser reabilitada; falaram do corredor verde e no acesso à Quinta dos Rubins e ao Estádio Manuela Machado.-----

O Senhor Presidente de Câmara informou que o corredor Verde será feito no final depois de requalificar toda a envolvente do Estádio porque não faz sentido avançar com o corredor verde sem estar aquela zona preparada para receber o corredor ou as pessoas que vão passar nele. Falaram de mais algumas questões como: o Caminho do Rio na Argaçosa, que está relacionado com a Costa Litoral, que havia um projeto de requalificação que neste momento está suspenso porque a empreitada parece que foi anulada. Não foi muito mais que isto.-----

Tem que fazer mais reuniões com o Senhor Presidente da Câmara porque esta reunião foi em fevereiro e foi a primeira reunião que a nova Junta teve com a Câmara. -----

Em relação ao Polidesportivo da Meadela, falta legalizar uma situação em termos de Registo Predial e Finanças que se tem atrasado muito, mas isso passa também por uma deliberação da Câmara. Serão necessários os serviços da Câmara para apoio e vai ter de se estudar muito bem como é que aquilo se processou porque vem do tempo do início, de quando surgiu a Associação de Moradores.-

José Emílio, sobre esta matéria, disse: repara que não é de hoje, que a Senhora Presidente segue um modelo já antigo desde quando ainda na freguesia de Santa Maria Maior quer agora na União de Freguesias, pelo menos até 2017. Que é um modelo que aqui é seguido, mas que manifestamente não tem vindo, no passado recente, a dele questionar porque lhe parece que se é uma informação do Presidente da Junta devia ter alguma informação e não ser só uma lista de eventos sociais, políticos e culturais. Que, sumariamente, podia referir a reunião com o Senhor Sérgio Marinho, com vista à legalização das instalações da Associação de Moradores. Não espera que se faça uma Ata exaustiva de cada uma dessas reuniões, mas que seja mais elucidativo para que não se tenha de chegar à Assembleia e tenha que perguntar, ponto por ponto, o que é que aconteceu em cada uma das reuniões; o que não foi o caso da reunião com a Câmara, que lhe pareceu ser muito clara. Esta é a sua expectativa para ter melhor informação e que esta seja de facto a informação da Presidente da Junta. -----



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 9

Tiago Oliveira, pediu a palavra para acrescentar ao que o José Emílio acabou de dizer que uns tópicos muito simples servem. No fundo é aquilo que teve a oportunidade de nos fazer relativamente à reunião com a Câmara Municipal; é um bom princípio. Que tem sido interpelado na rua por pessoas que vêm estes documentos a perguntarem-lhe qual foi o resultado de determinada reunião com uma Entidade e é complexo ter que dizer-lhe que desconhece. Nas Atas do Executivo vai sabendo algumas coisas; se o assunto está num lado e na Ata não é desenvolvido é óbvio que não sabe e tem que assumir não saber de tudo. -----

Fernando Miranda, disse: de facto, aqui dizer: ver limpar serviços de limpeza, evidentemente se nós vemos isto aqui e quero perguntar à Presidente: o que foi isto? Ela vai dizer-me: Vocês vêm isto tudo aqui, porque já estão a dizer o que fizeram, e estão a perguntar: Olhe o que foi isto? Têm que perguntar à Assembleia. Quem é que vai perguntar à Assembleia? Não é preciso dizer o que se passou lá. -----

José Calçada, pede esclarecimentos sobre a reunião do Executivo com o CLAS – Conselho Local de Ação Social, nomeadamente se houve algum projeto interessante para lhes comunicar do que foi debatido, de modo a serem esclarecidos e poderem esclarecer a população com quem trabalham.--

Rui Viana, esclareceu que tinha participado numa reunião (videoconferência) que já não se fazia há algum tempo devido à pandemia. Participaram cerca de 40 membros nessa reunião dos 78 membros da sua totalidade. Que foram realizadas cerca de 12 intervenções durante a reunião que demorou 3 horas, onde foram apresentados dois projetos de duas Associações. De resto não foi transmitido mais nada. Entretanto já houve uma nova reunião esta semana do CLAS, onde foi aprovado o Plano de Atividades para 2022, mas essa não consta daqui. Para dizer quais foram as duas Associações que apresentaram os Projetos teria que ir buscar a documentação dessa reunião. As duas Associações pertencem ao CLAS e são instituições de solidariedade social. Não tem no momento consigo os nomes das duas Associações que apresentaram os projetos. -----

B.4 - Reapreciação e votação do Regulamento de Tabelas e Taxas relativo ao ano de 2022 (Doc.14)-----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, informa que este Regulamento que devia ter sido aprovado na última Assembleia foi apresentado, mas como foram detetados alguns erros foi retirado pelo Executivo antes da sua votação, retificado e agora posto de novo a esta Assembleia para reapreciação e votação. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, informou que, conforme tinha ficado decidido na última Assembleia, as fórmulas foram reajustadas aos valores atuais dos vencimentos; claro que a média de 1945,00 Euros não se baseia só naquilo que as pessoas recebem, mas também nos descontos e em todos os encargos. Manteve-se o que conheciam de trás, com reajustamento dos valores nas fórmulas. -----

José Emílio, disse: que verificou de facto ter havido razões para a sua chamada de atenção na última Assembleia, manifestamente por razões de coerência, porque havia documentos com valores diferentes que agora não tem dúvidas já terem alguma coerência; embora possa ter algumas reservas, não irá manifestar oposição a este novo documento corrigido. Que agora até houve uma baixa dos valores a cobrar refletindo-se em valores mais ajustados.-----

Questionou ainda qual a explicação para há dois meses ou três ou quatro tínhamos aqui um documento da mesma natureza que na fórmula de cálculo o N tinha 25 ou 26.000,00, nos recenseados, que agora reduziu para 22.701,00 Euros, não se sabendo o que é que aconteceu, entretanto, neste período de tempo em que os recenseados reduziram consideravelmente. O



mesmo número no N, na Tabela de Taxas dos Serviços Administrativos o N não é igual; é um pormenor, mas a diferença é por três, sugerindo que se acertem os 22 ou 698 ou 701 porque o N não deve ter mudado e os recenseados são os mesmos. -----

Também gostaria de perceber, para além desta alteração, o número de recenseados da freguesia. --

Presidente do Executivo, Helena Brito, intervém para tirar a dúvida ao José Emílio sobre a alteração do número, informando que anteriormente N contabilizava habitantes, mas agora se refere aos recenseados, não alterando nada no valor total, é só um critério. -----

José Emílio, questiona ainda os valores indicados no documento anterior numa das componentes a considerar sobre a energia elétrica que crê era de 80,00 Euros e agora passou para 600,00 Euros. O papel e o Toner têm, também, aumentos de grandeza significativa. Quer perceber porque é que estes valores também mudaram neste período enquanto foi revista esta Tabela que agora considera ter coerência e que naturalmente votará a favor da sua aprovação. Embora ainda tenha algumas reservas há-de esclarecê-las com a Junta de Freguesia quando houver disponibilidade de ambas as partes para olharem para esta Tabela. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, responde às questões levantadas anteriormente pelo José Emílio dizendo que podem falar nisto com mais calma porque de facto são pormenores. Que têm de se fazer as fórmulas porque é obrigatório, tem que haver um cálculo que nunca é uma coisa precisa, é sempre algo sujeito a critérios e interpretações. Substituiu-se a palavra habitantes por recenseados, porque efetivamente o número de recenseados (e não de habitantes) é que conduz a que N tenha o valor 0,80 que já constava na fórmula. Em todo o caso, quer se vá pelo número de habitantes quer se vá pelos recenseados, os valores a cobrar não sofrem alteração. O custo suportado pela Junta neste cálculo, que é sempre um cálculo assim um bocado fantasmagórico (passe o termo) é que resulta maior ou menor, mas sem afetar o valor a cobrar ao utente. Mas sempre se podem melhorar critérios e fórmulas.-----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, pôs à votação a proposta do Regulamento e Tabela de Taxas para o ano de 2022, apresentada pelo Executivo que obteve o resultado seguinte: **Aprovada por unanimidade.** -----

B.5 - Apreciação e votação das contas de gerência do ano de 2021. (Doc. 15) -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, antes de dar a palavra à Assembleia apresentou as contas de 2021, do mandato anterior, fazendo referência de que se trata de uma execução satisfatória, uma execução de 90%; 84% nas despesas correntes; 119% nas despesas de capital; isto muito condicionado pela pandemia. Há situações que têm muito a ver com isso e com despesas que tiveram de ser feitas porque os funcionários da Junta também estavam impedidos de trabalhar a tempo inteiro e foi preciso contratar serviços fora. E há aqui várias coisas que se podiam explicar nessa base das condicionantes específicas do ano e dos problemas da doença. -----

José Filgueiras, pediu a palavra para ler uma missiva no âmbito da apreciação e votação das contas de gerência do ano de 2021, salientando a boa gestão do executivo anterior e do atual, que a seguir se transcreve e que diz o seguinte: -----

“ Na análise pormenorizada entre o deve e o haver das contas de gerência do ano de 2021, o presente relatório, apresenta de forma bastante consistente e explicativa o bom desempenho pelo executivo cessante, mais aflora que tendo em conta a dimensão geográfica e populacional que a União de Freguesias de Viana do Castelo administra, tendo a grandeza do segundo Concelho do Distrito, mais valoriza o seu trabalho concretizado no objetivo de fazer mais e melhor em prol dos seus fregueses, com os recursos financeiros que tiveram ao dispor.-----



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 11

Assim sendo quero deixar mais uma vez um louvor ao Sr. Presidente cessante José Ramos que personifica um executivo que se empenhou em tudo o que estivesse ao seu alcance, para que esta nau chegasse a bom porto, através da persistência e abnegação às contrariedades surgidas, da sua forma constante de aproximação aos fregueses ou quando a ele se dirigiam para resolução dos seus anseios. Não foi, nem é fácil agradar a gregos e troianos, mesmo sabendo que muitos gregos e troianos colocavam o seu carácter ideológico acima dos interesses das freguesias, com ataques infundados e desmoralizadores. Um bem-haja Sr. Presidente José Ramos e todo o seu executivo. ---- Como tudo na vida, há um início e término, este paradigma da vida leva-nos a um novo ciclo, que se inicia com um novo grupo de trabalho liderado pela Srª Presidente Maria Helena Brito, desejando desta forma, que os bons ventos soprem de feição, a que possa levar por diante e concretizar todos os projetos a que se propuseram, mas, para que isso possa acontecer, pode a Srª. Presidente contar com a bancada da CDU, mas temos a consciência que por si só não chega. Assim quero deixar expresso, solicitando a todas as forças políticas aqui representadas e em especial ao PS, sim ao PS, porque como todos sabemos a nossa Câmara é liderada por um Presidente do PS. Quem mais do que qualquer outras forças políticas aqui representadas, do que, os representantes do PS desta Assembleia, que tem a responsabilidade e o dever de tomar a dianteira nas reivindicações que o executivo da União de freguesias de Viana do Castelo, tem e se propõe fazer. ----- Terminando peço a todas as forças políticas com assento nesta assembleia, que o trabalho que aqui desenvolvemos ao longo destes quatro anos, o saibamos e o façamos com um só objetivo, em prol das PESSOAS, os nossos fregueses.” -----

José Emílio, tinha só a intenção de prestar um esclarecimento à Assembleia, mas não pode deixar de comentar a intervenção anterior, dizendo: que não hajam equívocos que quem é responsável é a CDU porque foi eleita maioritariamente na União de Freguesias, quem cabe a responsabilidade, em primeira instância, por seguir os interesses das freguesias, e a ela ou ao Executivo se deve o sucesso, mas isso, ver-se-á no final do mandato. Agora não digam que é o PS que tem de governar a Junta ou tem as responsabilidades todas pelos insucessos, que foi aquilo que o José Filgueiras acabou de dizer. Se houver insucessos serão, eventualmente, de todos, e não só do PS mas, sobretudo, de quem gere a União de Freguesias; esses sim é quem terão as maiores responsabilidades e, por isso, parece-lhe uma argumentação pouco simpática. ----- Por outro lado, naturalmente, dizer que contrariamente ao que é habitual a minha votação contra, hoje não se sente confortável por não ter sido eleito no último mandato do último ano a que diz respeito os documentos que aqui são presentes hoje para votação e também não estava cá. Portanto, não se sente confortável para tomar uma posição diferente do que a abstenção porque nem participou no Orçamento onde podia ter algumas considerações a fazer e depois vir a ajuizar ou não sobre o seu cumprimento. Fá-lo-á no próximo ano porque registou muito bem o que foi dito na aprovação do Orçamento para este ano, mas no que se reporta ao ano, obviamente como não participou nas discussões devidas não se sente habilitado para votar este documento e, por isso, irá abster-se. -----

Tiago Oliveira: Já tivemos uma primeira reunião com o Senhor Presidente de Câmara; tivemos, todos porque a Senhora Presidente esteve lá em nosso nome. O nosso companheiro Filgueiras sabe que o PSD estará sempre disponível para discutir com a CDU tudo o que seja positivo para a Freguesia. O Bloco de Esquerda não precisa porque está no Executivo, e supostamente não precisa. O Partido Socialista muitas vezes demonstrou que há propostas que aqui são aprovadas, com 70 ou 80% de maiorias em Moções são apresentadas por todos os partidos. Portanto, a gestão da Junta



genericamente tem muita coisa que é consensual. Se os partidos que são vistos como da oposição, não o fossem 365 dias do ano e recebessem alguns telefonemas, podiam ajudar mais. O Companheiro Filgueiras sabe certamente que estão disponíveis. A Senhora Presidente sabe quando precisar do PSD, não quer dizer que não possam ajudar a visitar quem quer que seja, e pode ser o Presidente de Câmara. O PSD não deixou de fazer magistratura de influência da forma que nos pedirem, se eles com ela concordarem, e se concordarem com as atividades, que são o desafio que a CDU lhes apresentar. Nos últimos oito anos foi muito complicado e o Filgueiras sabe disso perfeitamente, mas a Senhora Presidente da Junta tem o contacto do PSD. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, pôs à votação a proposta das contas de gerência do ano de 2021 apresentada pelo Executivo que obteve o resultado seguinte: onze (11) votos a favor e sete (7) abstenções. **Aprovada por maioria.** -----

Tiago Oliveira: A Coligação PSD/CDS, fará chegar uma declaração de voto por e-mail. -----

B.6 - Apreciação e votação, do inventário de todos os bens relativo ao ano de 2021 (Doc. 16).-----

Presidente do Executivo, Helena Brito, fez uma breve explicação dizendo: que o inventário é um documento idêntico ao dos anos anteriores; só tem as aquisições, as amortizações, e os trabalhos efetuados ultimamente e que foram introduzidos no inventário. -----

Não houve intervenções por parte dos eleitos. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, pôs à votação a proposta do Inventário de todos os bens relativo ao ano de 2021, apresentada pelo Executivo que obteve o resultado seguinte: **Aprovada por unanimidade.** -----

B.7 - Apreciação e votação da 1ª revisão orçamental e do PPI de 2022. (Doc. 17) -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, fez uma breve explicação sobre o documento dizendo: a revisão orçamental resulta da incorporação e da distribuição do saldo de gerência anterior, que quando fizeram o orçamento não estava apurado, e tiveram que acrescentar ao orçamento da última Assembleia o saldo de 106.081,59 Euros e foi distribuído por despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes distribuiu-se na administração da Junta em geral prevendo a inflação que vai surgir agora por causa da guerra e as consequências no gasóleo, na gasolina, no papel e em tudo o que se compra, e distribuíram pelas despesas correntes 22.300,00 Euros, desses 106.000,00 e nas despesas de capital distribuíram 83.781,59 Euros que vão principalmente para o projeto de reabilitação das instalações do parque das Salinas que tinha 55.000,00 Euros orçamentados e passou para 82.281,00 Euros. Foram destinados 15.000,00 Euros ao Cemitérios da Meadela porque o muro tem que se cair todos os anos e talvez houvesse uma solução definitiva que não obrigasse a essa despesa anual e outras obras diversas como: pavimentações e execuções de passeios que foram reforçadas com 25.000,00 Euros porque são obras que estão constantemente a ser solicitadas. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: Pôs à votação a proposta da 1ª revisão orçamental e do PPI de 2022, apresentada pelo Executivo que obteve o resultado seguinte: **Aprovada por unanimidade.** -----

B.8 – Estatuto do Direito de Oposição (Informação) (Doc. 18) -----

Não houve intervenções por parte dos eleitos. -----

B.9 - Proposta de atribuição toponímica (Doc. 19) -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: antes de passar a palavra à Senhora Presidente do Executivo, informou: que foi apresentada uma proposta ao Executivo que a remeteu à Comissão de Toponímia que reuniu com a presença de representantes do Bloco de Esquerda, da CDU e do PS. A



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 13

Coligação PSD/CDS invocou razões, que são legítimas, para não se fazer representar e a proposta que foi apresentada pela Junta foi aprovada na Comissão de Toponímia com a devida justificação que está nos documentos. -----

De seguida deu a palavra à Senhora Presidente do Executivo para falar sobre o que lhe aprouvesse desta situação. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, explicou a questão havida sobre o parecer da Comissão da Toponímia e o mal-entendido que surgiu em relação ao que se escreveu na Ata do Executivo. O que se escreveu na Ata não foi muito ponderado e, se calhar, passou por culpa sua, não foi a redação mais feliz e a intenção não era de maneira alguma ultrapassar a Comissão eleita aqui na Assembleia, nem era chamar ao Executivo os poderes de apreciação que competem à Comissão formada, embora nem o Executivo nem a Comissão tenham poder deliberativo nesta matéria; são pareceres que se emitem e que vão ser reapreciados pela Câmara. A proposta é atribuir o nome da rua nas traseiras do Bairro do IHRU que não tem e precisa de ter números de Polícia. -----

Amadeu Bizarro, informou que neste caso a proposta veio à Junta, da Junta vai à Comissão de Toponímia para debate, volta à Junta para ser aprovada em Ata. Em seguimento tem que ir para a Câmara Municipal para aprovação e sair em edital. Para a Assembleia Municipal, tem que se levar a Ata da Junta e a Ata da Assembleia de Freguesia para depois a Câmara fazer o Edital. Depois do Edital, a Junta, tem que fazer os trâmites legais: mandar fazer os códigos postais e comunicar às Entidades, até porque muda a sede do Grupo que está na Praça Vale do Lima para passar a estar na Rua Grupo Desportivo da Meadela. -----

José Emílio, reiterando o que acabou de ser dito anteriormente pelo Amadeu Bizarro, referindo: que a competência legal para atribuição da designação dos arruamentos é da Câmara Municipal. A Câmara Municipal de Viana tem a boa prática de aceitar maioritariamente as sugestões que chegam das Juntas de Freguesia. Legalmente, assim é a prática e tem sido ao longo dos anos nas Assembleias Municipais; aprovar propostas que chegam da Junta ou das Comissões de Toponímia, sendo certo, que têm o valor que têm, a Câmara pode não aceitar essas propostas. Não se pronunciou inicialmente porque não estava na sala, tinha chegado mais tarde. -----

As Comissões que se constituem aqui não têm nenhum poder deliberativo, apenas, pretendem que a estas Assembleias não cheguem, eventualmente, algumas discussões no caso em que não haja consenso entre os representantes das forças políticas representadas nesta Assembleia de Freguesia e porque há discussões que não devem aqui ser feitas, mas podem e devem ser feitas de forma mais restrita, e que têm a ver, eventualmente, com o valor ou a consideração que devemos ter ou deixar de ter quando estamos a falar de pessoas, nomes e Organizações. Que deve haver sempre alguma reserva nas decisões que podem ser consensuais, mas quando não o são, é à Assembleia de Freguesia quem cabe decidir. Nada opõe que aqui surjam outras alternativas. É uma proposta do Grupo Desportivo, e não da Junta de Freguesia, foi apresentado um memorando do Grupo Desportivo para justificar a proposta na reunião da Comissão de Toponímia e da Junta, que acolheram de bom grado e a Comissão de Toponímia a trouxe à Assembleia de Freguesia para esta se pronunciar. -----

Tendo participado na discussão desta proposta, votará favoravelmente na designação a dar a este arruamento na Meadela. -----

Fernando Miranda: concorda com tudo o que o José Emílio disse. Só não entende porque é que quando vem uma proposta da Câmara, para aprovar a rua tal pela Assembleia da Freguesia. Pedem



celeridade no processo, mas continua a haver muita burocracia e demora nas decisões com este vai e vem. -----

Tiago Oliveira, disse: que as Comissões servem para agilizar as coisas que não têm de ser discutidas em público porque o que pode estar em causa são coisas como: a Toponímia para homenagear pessoas, Clubes, Entidades, o PSD é completamente favorável à atribuição do nome e fez chegar essa informação ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia que coordenou o Grupo de Trabalho. O nosso representante não compareceu na reunião, mas nós dissemos que não nos oporíamos; éramos favoráveis à atribuição deste Topónimo. Tomaram conhecimento desta situação por pessoa na rua, mas registaram com agrado as palavras da Senhora Presidente com o compromisso de no futuro a Comissão de Toponímia ser utilizada quando faz sentido, como é óbvio; fazendo lembrar a questão que o Bloco de Esquerda alegou há pouco: documentos que não devem vir a público e de repente são desconfortáveis quando estando em público. Esta é exatamente a situação, de repente existe uma Comissão convocada para trabalhar, para proteger os nomes que poderíamos querer homenagear, neste caso era só um, mas nós poderíamos ter uma visão diferente desta, que até podia vir de trás, e porque toda a gente sabia que a rua ia ter uma designação, fosse ou não a do Grupo Desportivo. Da parte do PSD não há polémica nenhuma, apenas expressaram a sua opinião, que consta na Ata da reunião de trabalho, que o PSD é favorável à atribuição da designação do nome proposto.-----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha: Pôs à votação a proposta de atribuição toponímica apresentada pelo Executivo que obteve o resultado seguinte: **Aprovada por unanimidade.** -----

Foi assim decidido atribuir o nome de Rua Grupo Desportivo da Meadela, ao arruamento com início na Rua António Gonçalves Pires e fim na Rua Quinta do Polónia, na Meadela. -----

B.10 - Outros assuntos de interesse para a União das Freguesias -----

Presidente do Executivo Helena Brito: antes de falar do assunto que ficou do início da Assembleia para este ponto, informou que a Junta está a trabalhar nas Jornadas de Arte Popular, no Concurso “Maio Florido” que é já no próximo fim-de-semana, nas ATL’s de Verão e no Painel de Homenagem aos Náufragos que se espera esteja pronto antes das Festas D’Agonia.-----

Informou ainda, que a União de Freguesias abriu inscrições no Polo da Meadela para Cursos de Formação para Tratoristas e Aplicadores de Produtos Fito Farmacêuticos, realizado por uma Empresa Especializada. As pessoas que têm trator têm que ter certificação até agosto. -----

Em relação à desagregação da Meadela, informou: que a Câmara Municipal está a aguardar um parecer sobre a Lei e pensa que também devemos aguardar que a Câmara a divulgue. A leitura que faz da Lei 39/2021, que criou o novo quadro de criação de freguesias, substituindo em parte, não totalmente porque não foi revogada a Lei 22/2012 que permitiu a agregação, devido às muitas críticas que houve em relação ao processo anterior foi decidido pelo PS e as maiorias da Assembleia Parlamentar fazerem uma nova regulamentação. É uma Lei-quadro que permite que se criem freguesias. Dentro desse quadro geral há o Artigo 25º que é o Artigo polémico, que é um Artigo excepcional, transitório, que visa essencialmente permitir a reversão naqueles casos em que, diz a Lei, tenha havido um erro com prejuízo para as populações. Na sua leitura isso aplica-se a esta União. Os requisitos da Lei geral não são tão rigorosos quanto ao processo de reversão; esse processo de reversão tem que ser feito no prazo de um ano desde que entrou a Lei em vigor, até 21 de dezembro e, sendo uma reversão, é para voltar tudo ao início. Pensa que há situações em que se



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 15

agregaram freguesias que separadamente não cumprem todos os requisitos gerais da Lei mas apesar de não cumprirem permite-se que essas freguesias voltem a ser autónomas. -----
Todas estas questão estão ainda um bocadinho verdes. Portanto se formos pelo Artigo 25º a desagregação é total; volta a haver Santa Maria Maior, Monserrate e Meadela, três freguesias diferentes como era antes da agregação. Se não formos pelo Artigo 25º, temos sempre tempo de desagregar a Meadela e deixar as outras duas, na sua ótica é possível. Pode interessar irem atrás do Artigo 25º e despoletar isto rapidamente, mas o Executivo entende que se deve divulgar o mais possível, não fazer isto nas costas das pessoas, como na altura nos queixamos que aconteceu em 2012, 2013 e que deve haver um esclarecimento muito grande, um debate; não necessariamente um referendo, que não fará falta, porque se não quisermos dizer a ninguém podemos resolver aqui dentro porque a Lei não obriga a fazer auscultação nenhuma mas que moralmente a devemos fazer por uma questão de princípio e coerência. -----

José Carlos, diz que ficou sem perceber se a Senhora Presidente do Executivo é a favor ou contra a adoção de um referendo enquanto instrumento para aferir da vontade das populações e questiona-se se assume contra. Se a auscultação será a título informal às populações. Que não está a discordar, apenas a perguntar. -----

Quanto ao referendo disse: que não nos podemos esquecer que nós estamos perfeitamente legitimados para tomar quaisquer decisões neste campo aqui em sede de Assembleia de Freguesia, não temos, obrigatoriamente, que devolver a palavra às pessoas; até porque isso poder-nos-ia causar alguns dissabores, porque, vamos imaginar, que Santa Maria Maior e Monserrate até votam pela manutenção da freguesia agregada e os Meadelenses, que têm toda a legitimidade para pensar o contrário votam pela saída, pela desagregação da sua antiga freguesia, isso é um risco que se corre. No limite, a maioria dos Vianenses votaria a favor da continuação da União de Freguesias como está agregada em claro prejuízo com os Meadelenses que votariam em sentido contrário. Isso é um efeito pernicioso que um referendo pode ter, repetindo, que não é um mecanismo necessário é um mecanismo coadjuvante, mas estarmos legitimados para decidir em nome do Povo que os colocou aqui, que lhes entregou o seu voto e a sua confiança, precisamente para poderem decidir sobre estas como sobre outras matérias. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, referiu: o que o José Carlos acabou de dizer é o que ela disse, mas de uma forma mais clara. Estão mandatados e não precisam de auscultar ninguém, mas acha que devem divulgar, informar, eventualmente fazer uma sessão de esclarecimento em cada freguesia para que as pessoas possam participar na discussão do processo. -----

José Emílio, sobre esta matéria e como a Senhora Presidente já teve a oportunidade de dizer, há dois cenários possíveis de abordar esta desagregação; a desagregação é um modelo, mas subsistem as dúvidas e parece minimamente claro que a desagregar desagrega-se tudo; em alguns casos não há sequer condições porque as freguesias não preenchem os requisitos todos que a Lei exige para criação de freguesias. A outra solução é criar uma freguesia; a Senhora Presidente não disse isto, exatamente, mas no fundo é usar a mesma Lei para criar uma freguesia, não se desagrega, cria-se a freguesia da Meadela. Quem se quiser pronunciar o tempo é diferente porque há necessidade de até ao final do ano haver uma decisão de se fazer uma Assembleia de Freguesia convocada expressamente para análise e discussão da desagregação ou não, porque não é numa Assembleia Ordinária que se fará essa discussão, e o tempo urge. Se resultar, o que fará mais sentido é a criação de uma nova freguesia cujo tempo já é mais lato e terão mais tempo de o fazer mais ponderadamente. Conforme o José Carlos também disse, a génese do nosso sistema político é a



democracia representativa e, por isso, têm todos os poderes para decidir. Nunca foi adepto de Assembleias populares nem é o sistema de Assembleias populares que na política se participa, isto são as decisões e naturalmente é na Assembleia que os seus eleitos que têm a legitimidade para o fazer. Também manifestou a sua opinião de que se deve fazer uma consulta expedita de auscultação à população antes de se tomar qualquer decisão, que não se considerasse a União de Freguesias no seu todo, mas que cada uma das freguesias se pronuncie individualmente se é sua vontade a desagregação ou não, respeitando-se naturalmente a vontade dos Meadelenses em particular e os habitantes de cada uma das outras duas freguesias, até porque, o número de habitantes de cada uma é diferente e os seus interesses também. -----

Para a auscultação da população existem os meios que cada freguesia dispõe, para as eleições legislativas e autárquicas -----

No que diz respeito à Moção apresentada sobre a desagregação de freguesias, entende que deve ser feita uma Assembleia Extraordinária, só para discussão deste assunto. -----

Que o Partido Socialista, desde sempre esteve e estará contra a agregação de freguesias e que naturalmente votará pela desagregação da freguesia da Meadela e das outras freguesias se for essa a vontade das populações. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, referiu: que se está a abordar este assunto pela primeira vez, que ainda não é ponto da Ordem de Trabalhos e, portanto, é uma conversa inicial. Que cada uma das freguesias que estão na União tem todas as condições, como é evidente, para ser autónoma, não há nenhuma questão aqui que se ponha em termos de faltar um requisito ou outro, nem precisam do Artigo 25º tal como ele foi concebido. O Artigo 25º claro que proíbe que saia uma e fiquem as outras duas, portanto, ao sair têm que sair as três, é claro nisso, mas a Lei Geral permite, já não a desagregação nem reversão, mas a criação da freguesia da Meadela ou da freguesia de Monserrate, o que não faria sentido seria ficar Santa Maria Maior e a Meadela. Se acharem bem podemos promover a discussão pública e na próxima reunião em junho pôr este assunto na Ordem de Trabalhos. Depois se houver uma deliberação no sentido da desagregação a Junta terá um tempo para emitir um parecer e depois os documentos são enviados à Câmara para se pronunciar também e haverá uma Lei na Assembleia da República para fazer a criação, mas isso já para o fim e só haverá eleições daqui a quatro anos, na mesma. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, José Cunha, relativamente a este assunto disse: se calhar este assunto exigiria uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, mais de que um ponto da Ordem de Trabalhos, mas que a sua opinião vale o que vale. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito: respondeu que a Lei prevê uma Assembleia Extraordinária a partir do momento em que se delibere, mas neste momento não estão a deliberar. -----

José Emílio, só quis complementar o que foi dito anteriormente com uma informação adicional relativamente ao Artigo 25º, dizendo: que o Artigo 25º no concelho de Viana do Castelo aplica-se em muito poucos casos; aplica-se no caso da cidade, desagregando-se tudo, aplica-se no caso de Cardielos e Serreleis, Carvoeiro e Barroselas, Mazarefes e Vila Fria, porque da desagregação não pode resultar alguma freguesia que depois não preenche os outros requisitos. A Lei é perniciososa neste aspeto porque parece permitir voltar à versão anterior à da desagregação e isso não é possível com o Artigo 25º. Depois para criar novas freguesias é preciso preencher um conjunto de requisitos que também não preenchem. Na prática há um conjunto de freguesias que se vão manter agregadas para sempre, porque não têm outra alternativa. -----



3.º Mandato
Ata n.º 2
Pág. n.º 17

Tiago Oliveira: referiu: que o PSD não abdica da proposta, mas também não fecha a porta a uma solução de auscultação de cada uma das três ex freguesias para que possam avaliar, mas terão que avaliar juridicamente como é que é possível fazer se a Senhora Presidente não conseguir neste momento dar segurança jurídica sobre essa solução. Também não fecham a porta a algo como o José Emílio propôs que poderia acontecer, mas não a auscultação em reuniões com a população porque aí vão aparecer aquelas pessoas que nunca vêm às reuniões; claro que as conseguimos trazer: 20, 50 se necessário. Isso é exatamente o que a Senhora Presidente disse há pouco, que em 2013 a queixa de toda a gente, basicamente foi saber quais foram os motivos, e não interessa, já ficou lá atrás, podem alterar a situação mas não sabe se percebem que o que ele disse foi: que eles não fecham as portas, independentemente do que acontece hoje aqui, com a proposta do PSD; não fecham as portas à procura de uma solução que seja juridicamente válida mas de genuína auscultação das pessoas através de uma manifestação de que vontade elas querem para a sua freguesia no território das três, isoladamente, portanto, no universo de cada uma das três freguesias. Estão disponíveis para dialogar sobre isso. Também concordam, obviamente, com a proposta de uma Assembleia extraordinária que as bancadas aqui presentes poderão promover futuramente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação a Moção apresentada sobre a “Reorganização Administrativa / Desagregação de Freguesias Referendo” dos eleitos do PSD, tendo obtido o resultado seguinte: quinze (15) votos contra e (3) votos a favor. **Esta Moção foi rejeitada.** -----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO-----

José Borlido, residente na Meadela, está presente nesta Assembleia, não só como repórter do Jornal da Aurora do Lima, como é normal estar, mas também como cidadão Meadelense interessado nesta questão da reversão das freguesias. Que leu muito bem a Lei sobre a desagregação de freguesias e tem escrito algumas coisas sobre ela no Jornal Aurora Lima, no Jornal da Freguesia e outros, questiona: sim a esta reversão ou não. A iniciativa de propor a reversão à Assembleia pode ser de um agrupamento político ou, na falta deste, um Grupo de Cidadãos também o pode fazer. -----

É verdade que a Lei anterior foi feita à régua e esquadro, porque foi feita nas nossas costas. Com a ANAFRE e o Senhor Presidente da Câmara, que agora é Secretário de Estado, andou por aí fora a lutar contra esta União de Freguesias, na altura ainda como Autarca. -----

Tem vindo a acompanhar o que a imprensa diária vai dizendo sobre este assunto; sobre Vila Nova de Gaia, sobre Espinho. Em Vila Nova de Gaia vão desagregar tudo, só duas freguesias é que ainda estão em dúvidas. O Senhor Presidente da União de Freguesias, como aqui também já foi dito, põe a hipótese de se fazer um referendo, uma auscultação ou até um referendo, mas disse-o a concluir o seu raciocínio. Em qualquer caso não é vinculativo nada disso porque o que é vinculativo é aquilo que esta Assembleia decidir, nomeadamente lá. -----

Ainda ontem falou para a Câmara e hoje enviou um e-mail na qualidade de correspondente da Aurora do Lima e também como Cidadão para saber qual é afinal o parecer da CCRN e se vão levar muito tempo a decidir. Aguarda resposta. -----

Já falta pouco, até 21 setembro tem que ficar resolvido. Estava convencido que hoje a Senhora Presidente do Executivo sabia mais alguma coisa do que ele e todos os presentes, mas não. -----

A verdade é que a Meadela tem todas as condições, para pedir a sua desanexação. Fez um levantamento escrito de todas as infraestruturas que a freguesia dispõe, que é do conhecimento da Assembleia de Freguesia, que prova isso mesmo. -----



Já se fala em deixar passar o prazo e depois criar uma nova freguesia. O Legislador até sabia qual era a opinião dos Meadelenses, porque nem sequer pôs a Meadela junto com as outras freguesias separando-a com parêntesis fora da União, se calhar já foi a pensar que a Lei um dia seria revista, que a Meadela estava num sítio onde era só sair, porque já não estava dentro. Sabe que não é assim, está só a fantasiar, mas de facto os parêntesis foram lá colocados por algum motivo, até parece que não têm o mesmo estatuto. -----

É a esta Assembleia quem cabe o que fazer, não é ad hoc, alguém vai ter que propor para que o processo avance para a Assembleia se pronunciar se sim ou não a desanexação. Depois irá à Assembleia Municipal que também se irá pronunciar e, finalmente, a Câmara enviará para a Assembleia da República. -----

Só não quer que o tempo vá passando e nada se faça. As soluções que aqui se falaram não são soluções que interessem, há condições para avançar e fazê-lo sem ser nas costas do Povo consultando individualmente cada uma das freguesias. -----

Não se deixe que o tempo passe, pode não haver tempo. -----

António Fernandes, residente na Meadela, para dizer que: estava presente na qualidade de cidadão da União de Freguesias; fazia parte desta Assembleia quando foi feita a União de Freguesias e acompanhou todo este processo. Não vai adiantar muito mais aquilo que já aqui foi dito anteriormente pelo seu colega José Borlido, que disse tudo quanto ele queria dizer. Apenas quer, manifestar a sua indignação porque está certo de que este é também o sentimento de muitos Meadelenses com quem tem conversado no dia-a-dia à mesa do café, ou onde quer que vá; toda a gente se mostra indignada com esta União das Freguesias, nomeadamente da Meadela, pelos mesmos motivos que já aqui foram referidos. A nossa pretensão é tão só a desanexação da Meadela, não tem rigorosamente nada contra a União se manter com Santa Maria Maior e Monserrate; que até terá alguma lógica. A Meadela tem uma conjuntura totalmente diferente e essa é a razão por que gostariam de ser uma freguesia independente porque reúne todos os requisitos exigidos pela Lei para ser desanexada e, se puder ser feito sem que prejudique terceiros, melhor ainda, o que não querem é que não se perca esta oportunidade porque, com certeza, não terão outra. -----

José Emílio, disse: que como já aqui foi dito e ele também já referiu anteriormente, há dois enquadramentos possíveis, seja qual for o modelo utilizado, isto só vai ter consequências nas Eleições Legislativas de 2025; não vai haver instantaneamente a freguesia da Meadela. As decisões podem ser tomadas, eventualmente este ano, com base no Artigo 25º quanto à desagregação das três freguesias, mas, na prática, só haverá uma freguesia da Meadela lá para 2026 porque as Eleições serão lá para finais de 2025, não sendo, por isso, imediata a consequência da decisão que se possa vir a tomar. -----

Presidente do Executivo, Helena Brito, entende que para além de todas as questões de querer ou não querer desagregar, tem que se analisar profundamente a situação concreta de como é que vai ficar a freguesia, como vai passar a receber dos fundos do orçamento, como é que se vai gerir e quais são os funcionários que ficam. No caso da União de Freguesias de Viana as coisas estão mais ou menos organizadas em três freguesias porque se mantiveram os três polos a prever que um dia haveria a desagregação. Parece-lhe que pondo este assunto na Ordem de Tralhos da próxima Assembleia de Freguesia, que não é daqui a muito tempo, é em junho, ainda não se perdeu o comboio da desagregação. -----



Tiago Oliveira, disse: que há um documento da ANAFRE, que a Senhora Presidente deve ter, que sugere a sua distribuição pelos eleitos para irem lendo sobre aquilo que o José Emílio e a Senhora Presidente foram falando sobre esta matéria. Os cenários que se colocam, estão naquele resumo da ANAFRE que recebeu há poucos dias e que a Senhora Presidente terá em mão. Pode ser interessante distribuí-los antes da próxima Assembleia, estes e outros que entenda. -----

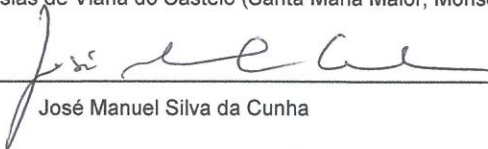
Presidente do Executivo, Helena Brito: pensa que sim, vai haver, com certeza, nas próximas semanas, muita informação a esse respeito e vai fazer os possíveis por divulgar tudo que apareça. Que é um compromisso. -----

Lida a Ata em minuta para surtir efeitos imediatos, esta foi aprovada, tendo merecido a unanimidade dos presentes. -----

---No final, depois de lida a presente ata, composta por dezanove folhas devidamente numeradas e rubricadas, a Assembleia de Freguesia deliberou aprová-la e vai ser assinada por quem a presidiu e por Maria da Glória Lourenço e António Amorim Carvalhosa, que a secretariaram.

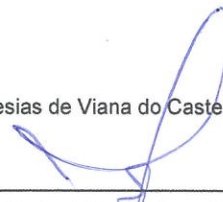
---A reunião foi encerrada às vinte e três horas e cinquenta e dois minutos.

O Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate) e Meadela




José Manuel Silva da Cunha

1º Secretário da Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate) e Meadela



Cândido José Maciel Carvalho

2º Secretário da Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior, Monserrate) e Meadela



Maria Margarida Pereira Borges Gonçalves

